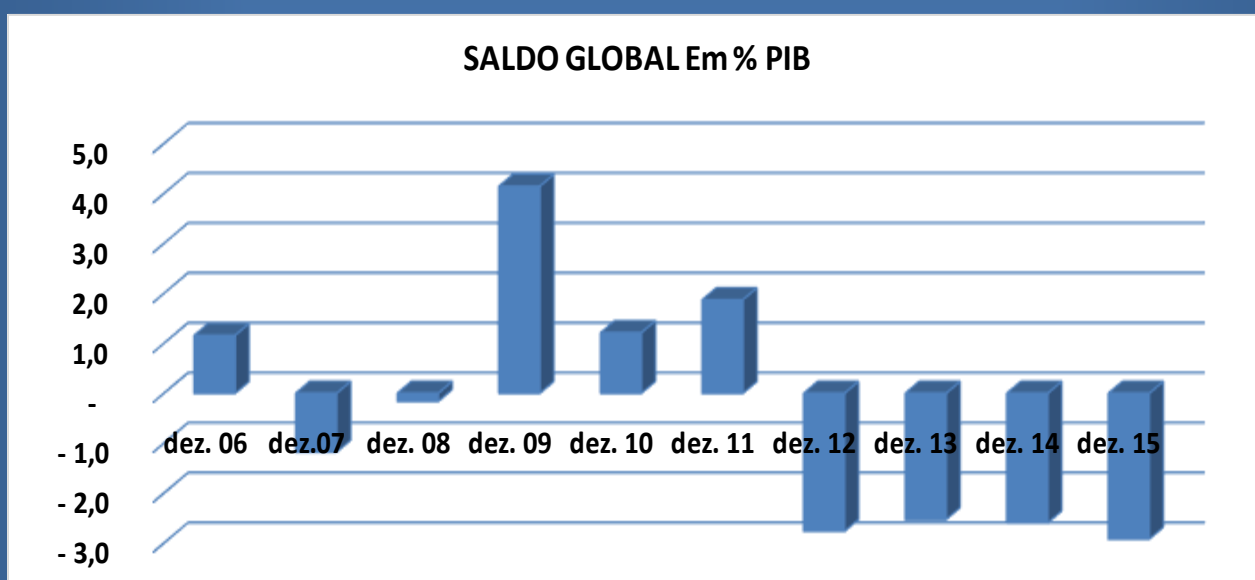




## Relatório das Finanças Públicas Janeiro a Dezembro de 2015



# Sumário

I.	INTRODUÇÃO .....	4
II.	EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ANO 2015 .....	6
2.1.	RECEITAS PÚBLICAS .....	6
	<b>Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes .....</b>	<b>6</b>
	<b>Gráfico-2: Repartição das receitas por administração fiscais .....</b>	<b>7</b>
	<b>Quadro-1: Execução das Receitas Orçamentais .....</b>	<b>8</b>
2.2.	DESPESAS PÚBLICAS.....	8
	<b>Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais .....</b>	<b>9</b>
	<b>Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.).....</b>	<b>10</b>
	<b>Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.) .....</b>	<b>10</b>
2.3.	OS PRINCIPAIS SALDOS .....	11
	<b>Quadro-3: Execução dos Principais Saldos .....</b>	<b>11</b>
	<b>Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos.....</b>	<b>11</b>
2.4.	DÍVIDA EXTERNA.....	12
	<b>Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD).....</b>	<b>12</b>
	<b>2.4.1. Desembolsos e Pagamentos efetuados .....</b>	<b>12</b>
	<b>Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa .....</b>	<b>13</b>
	<b>Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa .....</b>	<b>14</b>
2.5.	FINANCIAMENTO .....	14
	<b>Quadro-7: Financiamento .....</b>	<b>15</b>
2.6.	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	16
	<b>Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB) .....</b>	<b>16</b>
2.7.	ESTADO DE CONVERGÊNCIA: .....	17
	<b>2.7.1. UEMOA .....</b>	<b>17</b>
	<b>2.7.1.1. Critério da Primeira Ordem:.....</b>	<b>17</b>
	<b>2.7.1.2. Critério de segunda ordem: .....</b>	<b>18</b>
	<b>2.7.2. CEDEAO .....</b>	<b>18</b>
	<b>2.7.2.1. Critério da primeira ordem.....</b>	<b>18</b>
	<b>2.7.2.2. Critério da segunda ordem .....</b>	<b>19</b>
III.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	20
IV.	PERSPECTIVAS .....	22
V.	ANEXOS: .....	23

## **Editorial**

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) ao assumir a Reforma das Finanças Públicas como um desafio, pretende contribuir na solução para a administração pública e a maior eficiência na prestação dos serviços públicos, contribuindo de uma forma significativa para a mudança organizacional e valorização da nova metodologia de trabalho, orientada na produção de valores associados à gestão baseada sobre objetivos e competências.

O código da transparência e a gestão sobre as Finanças Públicas, constituem valores essenciais na formulação das políticas públicas. Assim sendo, a atual Direção Superior do MEF, prioriza medidas de políticas económicas coerentes com vista a implementação das linhas mestres das reformas nas Finanças Públicas, a saber: o reforço na governação e de convergência das economias, a aceleração e fortalecimento do crescimento económico, a redução da pobreza e uma boa gestão macroeconómica para a promoção do desenvolvimento durável e sustentado com a valorização dos recursos humanos.

Com a publicação do presente relatório pretende-se difundir um novo conceito da Gestão e de aproximação da sociedade civil, introduzindo a vertente comunicação e sensibilização dos atores políticos numa perspectiva pedagógica capaz de permitir o acompanhamento de todo o processo da reforma em curso nas Finanças Públicas. Pretende-se ainda, proporcionar ao público, em geral e aos parceiros do desenvolvimento. Em particular, uma nova dinâmica na política de gestão da coisa pública. Por outro lado, espera-se que os atores políticos e económicos continuem a contribuir de forma eficaz e eficiente para o progresso do País, na redução da pobreza, integração regional e o saneamento das Finanças Públicas. Em resumo, elaborar, adotar e mobilizar meios adequados às políticas públicas eficazes.

## I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste Relatório é fornecer informações sobre a evolução das Finanças Públicas de Janeiro a Dezembro de 2015, de uma forma clara e abrangente sobre a execução Orçamental, permitindo a maior transparência da sua elaboração, execução e do controlo, conforme a nova disposição da União, relativa ao Código da Transparência e Gestão sobre as Finanças Públicas (Lei Nº 01/2015) e as Leis do Orçamento (Lei nº 02/2015), no espaço da UEMOA, aprovadas na Assembleia Nacional Popular (ANP). Para o efeito, impõe-se aos Estados Membros a publicação periódica e regular das informações relativas à Gestão das Finanças Públicas.

Também, este relatório visa sensibilizar e divulgar as informações sobre as estatísticas oficiais das Finanças Públicas, que permitam uma avaliação exaustiva e de reflexão com o juízo de acompanhamento da evolução dos agregados das Finanças Públicas, assim como, das principais medidas de políticas económicas tomadas no período em análise.

Por outro lado, traz informações úteis ao público sobre a execução orçamental, cobrindo o período de janeiro a dezembro de 2015, assim como, as conclusões e recomendações e as perspectivas económicas.

O ano 2014 foi bastante difícil em termos de mobilização dos recursos financeiros suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras assumidas com os parceiros. Assim, o Governo assinalou o ano económico de 2015, como o início de aplicação do Programa do Desenvolvimento Económico e Social do País, apontando o rigor, a disciplina e o trabalho como elementos essenciais para atingir os objetivos fixados.

De Janeiro a Dezembro do ano 2015, a atividade económica foi bastante favorável, com destaque para o sector primário, que continua a jogar o papel fundamental na economia guineense, nomeadamente, a produção da castanha de caju como sendo o principal produto de exportação do País, associado ao impulso observado no sector

secundário (aumento e melhoria da produção, fornecimento da água e eletricidade na cidade de Bissau).

De informar que nos últimos cinco anos, o sector primário representa, em média 46,0% do Produto Interno Bruto (PIB).

No período em análise, concretamente no mês de Agosto, o País registou mais uma nova crise política institucional, que culminou com a queda do Governo, que posteriormente, depois da mediação da parte da Comunidade Internacional, foi nomeado um novo Governo sob a proposta do PAIGC.

No plano económico e financeiro, a crise não afetou seriamente a economia, graças a um bom desenrolar da campanha de comercialização da castanha de caju e da retoma gradual de atividade económica, do controlo inflacionário, da melhoria dos ativos externos e interno dos bancos, do crescimento das exportações e importações diversas. Os preços internacionais também foram mais competitivos, favorecendo a maior arrecadação das receitas do Estado. Por outro lado, verificou-se a melhoria de vida junto das populações ligadas a economia rural.

Os cidadãos, contribuintes e utilizadores de serviços públicos, devem ser clara e regularmente informados de tudo que diz respeito a governação e a gestão de fundos públicos, e outros acontecimentos que marcaram o período em análise, nomeadamente: A vinda da Missão do Fundo Monetário Internacional ao abrigo do artigo IV<sup>o</sup> de consulta, no quadro do acordo do programa económico e financeiro (Facilidade de Crédito Alargado-ECF), com vista a atualização e análise dos dados estatísticos ligados as Finanças Públicas e o Estado de evolução económico-financeira do Governo e da proposta lei do OGE-2016; As novas emissões de Títulos de tesouro e a suspensão do imposto-FUNPI (Fundo Nacional de Promoção Industrial).

## II. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ANO 2015

### II.I. RECEITAS PÚBLICAS

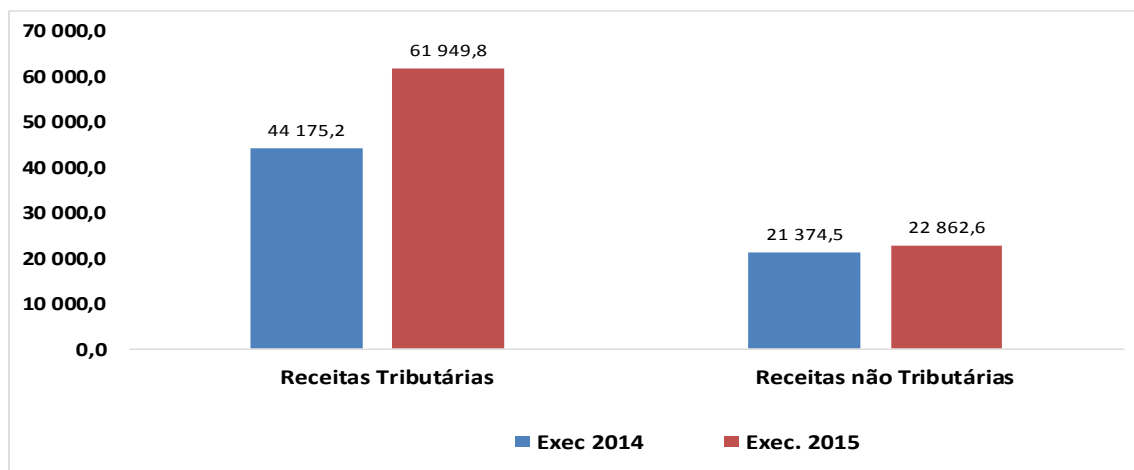
De acordo com a Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE-DEZEMBRO 2015):

As receitas totais e donativos atingiram 124.857,9 milhões de FCFA contra 105.888,3 milhões de FCFA no mesmo período do ano anterior, ou seja, registou um aumento de 17,9%. Este aumento tem a ver com acréscimo nas receitas correntes em 29,4%.

As receitas correntes aumentaram devido a arrecadação nas receitas tributárias em 40,2% e nas receitas não tributárias em 7,0%. Relativamente às receitas tributárias, o aumento verificou-se nos impostos diretos e indiretos em 53,0% e 35,8%, respectivamente. O aumento dos impostos diretos é explicado pela subida do imposto sobre o rendimento em 49,9% e nos outros impostos diretos em 239,4%. Enquanto nos impostos indiretos, o aumento é explicado pelos impostos sobre as transações internacionais (+21,3%), imposto sobre consumo (+68,8%), imposto geral sobre vendas (+49,6%) e outros impostos indiretos (+6,2%) (ver Quadro-12 em anexo).

No que concerne às receitas não tributárias, tiveram influências positivas as seguintes rubricas: as taxas, multas e penalidades em 70,3% (incluindo as taxas proveniente das licenças de telemóveis) e vendas de bens e serviços em 41,8%. (Ver Quadro-12 em anexo).

**Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes**



Fonte: TOFE/MEF.

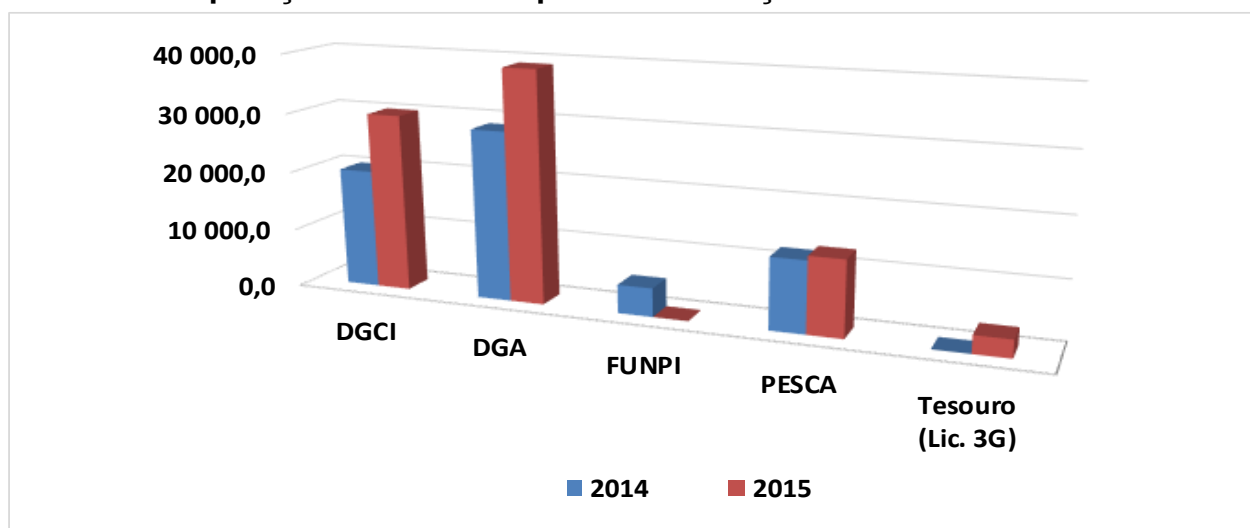
Em termos das administrações fiscais, a Direção Geral das Alfandegas (DGA) arrecadou 39.055,8 milhões de FCFA contra 28.633,1 milhões de FCFA no período homólogo do ano anterior, isto é, um aumento de 36,4%. Na Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), o aumento foi de 49,2%, passando de 20.097,6 milhões de FCFA para 29.992,6 milhões de FCFA.

Por seu lado, o Sector das Pescas contribuiu com 12.763,9 milhões de FCFA contra 12.011,0 milhões de FCFA, aumentou 6,3%, em relação ao mesmo período do ano precedente.

Por fim, a Direção Geral do Tesouro arrecadou 3.000 milhões de FCFA, proveniente das taxas cobradas nas licenças de telemóveis para a utilização de 3G (MTN e ORANGE).

Relativamente ao Fundo Nacional para a Promoção e Industrialização (FUNPI), foi suspenso no OGE 2015.

**Gráfico-2: Repartição das receitas por administração fiscais**



Fonte: TOFE/MEF.

No que se refere ao total dos donativos, o Governo mobilizou 40.045,6 milhões de FCFA contra 40.338,6 milhões de FCFA no mesmo período do ano transato, representando assim, uma diminuição de 0,7% e uma taxa de execução de 88,7%. Esta evolução decorreu em parte, nas diminuições observadas nos donativos externos (0,7%), com maior destaque na ajuda à balança de pagamentos (-60,6%).

## Quadro-1: Execução das Receitas Orçamentais

Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. anual 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
<b>RECEITA TOTAL &amp; DONATIVOS</b>	<b>105 888,3</b>	<b>110 746,0</b>	<b>124 857,9</b>	<b>17,9</b>	<b>112,7</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>65 549,7</b>	<b>65 593,0</b>	<b>84 812,3</b>	29,4	<b>129,3</b>
Receitas Tributárias	44 175,2	47 387,0	61 949,8	40,2	<b>130,7</b>
Impostos Directos	11 278,1	14 565,0	17 259,4	53,0	<b>118,5</b>
Impostos Indirectos	32 897,1	32 822,0	44 690,4	35,8	<b>136,2</b>
Receitas não Tributárias	21 374,5	18 206,0	22 862,6	7,0	<b>125,6</b>
Txs. Mult. & Penalidades	6 242,1	7 560,0	10 628,4	70,3	<b>140,6</b>
Transferencias	8 026,4	8 230,0	7 734,1	-3,6	<b>94,0</b>
Vendas Bens & Serviços	2 294,4	2 416,0	3 254,5	41,8	<b>134,7</b>
Outras Rec. Correntes	4 811,6	0,0	1 245,6	-74,1	
<b>Donativos</b>	<b>40 338,6</b>	<b>45 153,0</b>	<b>40 045,6</b>	-0,7	<b>88,7</b>
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	40 338,6	45 153,0	40 045,6	-0,7	<b>88,7</b>
Ajuda ao Projecto	26 179,1	26 105,0	34 468,4	31,7	<b>132,0</b>
Ajudas à Balaça de Pagamentos	14 159,6	19 048,0	5 577,2	-60,6	<b>29,3</b>

Fonte: TOFE/MEF.

## II.II. DESPESAS PÚBLICAS

As despesas totais aumentaram em 19,4%, situando-se em 142.494,8 milhões de FCFA em 2015 contra 119.321,8 milhões de FCFA no período homólogo de 2014. Esta situação prende-se com os aumentos registados nas Despesas não Tituladas (DNT`s) em 47,2%, despesas de capitais em 21,0% e nas despesas correntes em 17,9%.

As despesas primárias<sup>1</sup> registaram a mesma tendência, em 17,7%, em relação ao período homólogo, explicada pelos aumentos nos DNT`s e nas despesas correntes primárias em 15,3%.

As despesas correntes aumentaram devido aos aumentos verificados em algumas rubricas, tais como: aquisições de bens e serviços em 49,4%, outras despesas correntes em 55,4% e juros da dívida em 95,1%, apesar de haver diminuições nas despesas com pessoal em 1,2%.

O aumento registado nas despesas em capital tem a ver com o aumento nas despesas em capital financiado com recursos externos (12,9%), dos quais, 34.468,4 milhões de FCFA, foram doados pela União Europeia (UE), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Banco Mundial (BM),

<sup>1</sup> Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Estados Unidos de América (USA), China, KINDERDOF (SOS), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Africana de Propriedades Intelectuais (OAPI), Índia-Brasil, organização Mundial de Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), e Fundo Mundial (FM) e 9.814,2 milhões de FCFA, foram os empréstimos do Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento (BOAD), Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), BM, e Índia.

As DNT's situaram-se em 2.733,9 milhões de FCFA contra 1.857,7 milhões de FCFA no período homólogo.

O resto a pagar interno foi de 2.232,0 milhões de FCFA contra 3.985,6 milhões de FCFA no mesmo período.

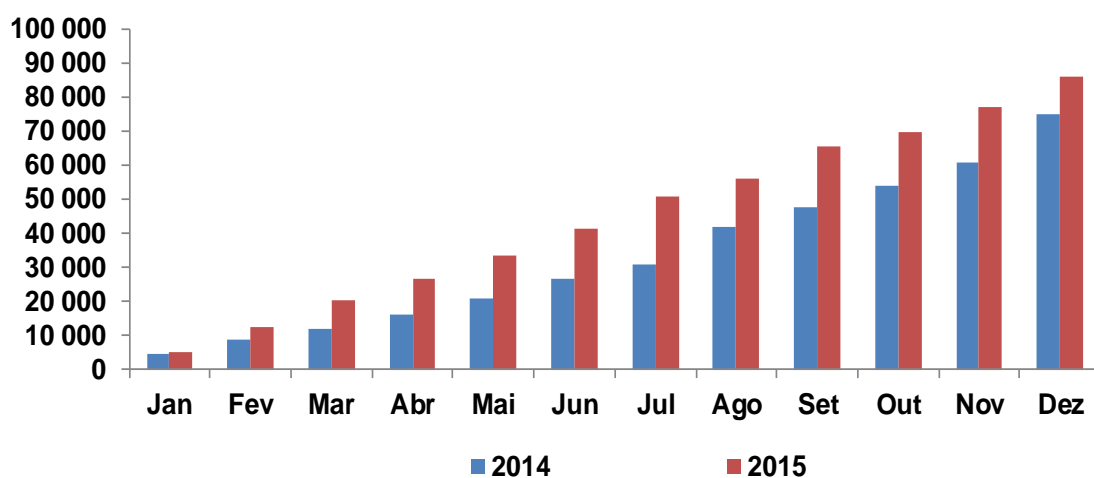
Os pagamentos dos atrasados dos anos anteriores no exercício corrente, foram de 9.551,6 milhões de FCFA contra 5.987,1 milhões de FCFA.

## Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais

DESIGNAÇÃO	Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2014	Prog. Anual 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
<b>DESPESA TOTAL &amp; EMP. LÍQ.</b>	<b>119 321,8</b>	<b>113 947,0</b>	<b>142 494,8</b>	<b>19,4</b>	<b>125,1</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>77 471,4</b>	<b>71 023,0</b>	<b>91 360,3</b>	<b>17,9</b>	<b>128,6</b>
Despesas com Pessoal	31 390,5	30 769,0	31 019,3	-1,2	100,8
Salário e Ordenado	31 390,5	30 769,0	31 019,3	-1,2	100,8
Aquisição Bens e Serviços	11 015,1	14 134,0	16 452,2	49,4	116,4
Transferências correntes	19 647,0	15 969,0	18 902,4	-3,8	118,4
Outras Despesas Correntes	12 825,9	6 710,0	19 928,2	55,4	297,0
Juros da Dívida	2 593,0	3 441,0	5 058,2	95,1	147,0
<b>Despesas correntes primárias</b>	<b>74 878,4</b>	<b>67 582,0</b>	<b>86 302,1</b>	<b>15,3</b>	<b>127,7</b>
<b>Despesas à Regularizar</b>	<b>1 857,7</b>	<b>0,0</b>	<b>2 733,9</b>	<b>47,2</b>	<b>#DIV/0!</b>
<b>Desp. de Capital</b>	<b>39 992,7</b>	<b>42 924,0</b>	<b>48 400,5</b>	<b>21,0</b>	<b>112,8</b>
Desp. Capital (fin. Interno.)	759,7	4 344,0	4 117,9	442,0	94,8
Desp. Capital (fin. Externo.)	39 232,9	38 580,0	44 282,6	12,9	114,8
<b>Empréstimos Líquido</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>#DIV/0!</b>
<b>Despesas primárias</b>	<b>116 728,7</b>	<b>110 506,0</b>	<b>137 436,6</b>	<b>17,7</b>	<b>124,4</b>
<b>Ajustamento base caixa</b>	<b>-2 001,6</b>	<b>0,0</b>	<b>-7 319,6</b>	<b>265,7</b>	
Resto a Pagar	3 985,6	0,0	2 232,0	-44,0	
Pagamentos anos anteriores	-5 987,1	0,0	-9 551,6	59,5	

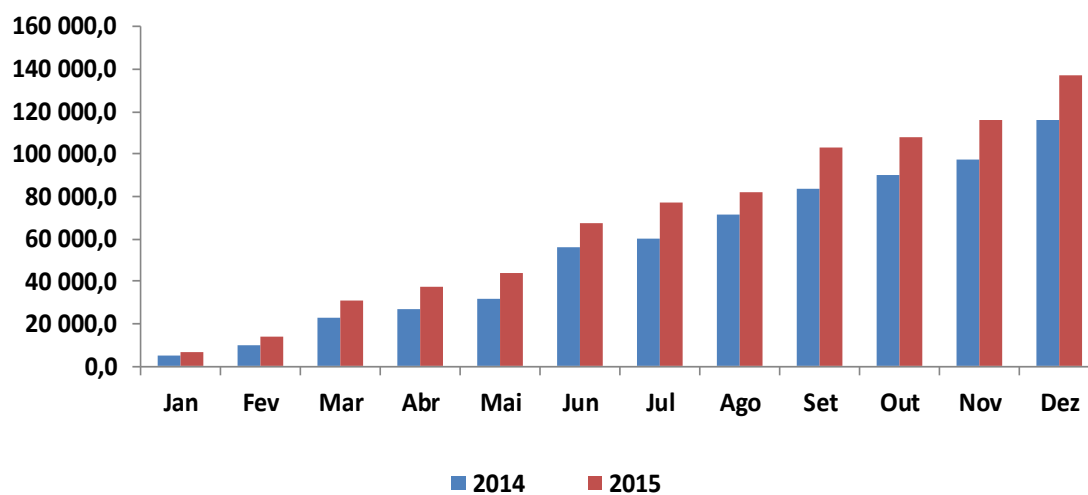
Fonte: TOFE/MEF

**Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.)<sup>2</sup>**



Fonte: TOFE/MEF

**Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.)**



Fonte: TOFE/MEF

<sup>2</sup> Valores Acumulados.

## II.III. OS PRINCIPAIS SALDOS

No período em análise, o saldo primário corrente teve um déficit de 1.489,8 milhões de FCFA contra um déficit de 9.328,7 milhões de FCFA no período homólogo.

O saldo primário de base registou um déficit de 5.607,7 milhões de FCFA contra um déficit de 10.088,4 milhões de FCFA no mesmo período.

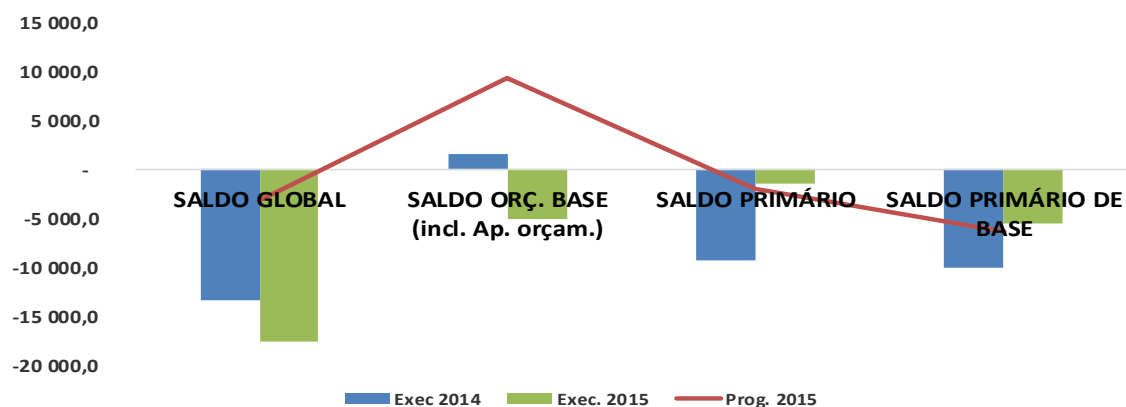
O saldo global incluindo donativos (o critério chave da convergência da UEMOA), registou um déficit de 17.636,8 milhões de FCFA contra um déficit de 3.201,0 milhões de FCFA previsto em 2015. Em relação ao mesmo período de 2014, o déficit foi de 13.433,4 milhões de FCFA, traduzindo assim, numa deterioração de 4.203,4 milhões de FCFA. Este agravamento é explicado pelo o aumento nas despesas totais.

### Quadro-3: Execução dos Principais Saldos

DESIGNAÇÃO	Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)			V.H.	Tx Exec.
	Exec 2014	Prog. anual 2015	Exec. 2015		
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-13 433,4</b>	<b>-3 201,0</b>	<b>-17 636,8</b>	<b>31,3</b>	<b>551,0</b>
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	1 478,1	9 274,0	-5 088,7	-444,3	-54,9
SALDO PRIMÁRIO	-9 328,7	-1 989,0	-1 489,8	-84,0	74,9
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-10 088,4	-6 333,0	-5 607,7	-44,4	88,5

Fonte: TOFE/MEF

### Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos



Fonte: TOFE/MEF

## II.IV. DÍVIDA EXTERNA

Em 2010, o País atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividado (PPTE) e beneficiou do perdão da dívida externa, onde teve a redução significativa do stock da dívida externa, incluindo juros em atrasos. Com as novas informações oficiais do FMI em Setembro de 2014, referente ao perdão da dívida, recolhida junto dos credores, o histórico da dívida diminuiu, situando-se em 265,5 milhões de USD no final de Dezembro de 2015 contra 272,9 milhões de USD, no mesmo período do ano anterior, ou seja, uma diminuição de 2,7%. Esta diminuição prende-se com a recuperação dos atrasados e de alguns serviços vencidos em 2015 à nível Multilateral e Bilateral, como podemos constatar no quadro-06 de reembolso da dívida externa.

**Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)**

	Total do stock da Dívida Externa até 31/ Dez./2014	Total do stock da Dívida Externa até 31/ Dez./2015
<b>Total</b>	<b>272,94</b>	<b>265,54</b>
<b>Multilateral</b>	<b>219,45</b>	<b>206,96</b>
<b>Bilateral</b>	<b>53,19</b>	<b>58,59</b>
<b>Banco Franco-Português</b>	<b>0,30</b>	<b>0,30</b>

Fonte: MEF/DSD

### II.IV.i. Desembolsos e Pagamentos efetuados

De acordo com o Serviço da Dívida Pública, o montante desembolsado de Janeiro a Dezembro de 2015, foi de 9.814,8 milhões de FCFA contra 17.126,1 milhões de FCFA no período homólogo do ano anterior. O montante desembolsado em 2015 foi financiado pelo Banco Mundial (BM), Fundo de Desenvolvimento Africano (FAD) e BOAD, direcionado ao projeto de emergência e Serviços de Eletricidade, projeto de apoio ao programa para o desenvolvimento sanitário, projeto de Educação III, o projeto de construção da Central Térmica DIESEL, projeto de reabilitação de vias urbanas de Bissau, projetos de Apoio à Segurança Alimentar (PASA) e o projeto de promoção de rizicultura.

No período homólogo de 2014, os desembolsos foram provenientes, do BOAD e BM, destinados aos Projetos de Reabilitação e Alargamento de Estrada Mansoa-Farim, Programa de Urgência de apoio à Segurança, projetos de Apoio à Segurança Alimentar (PASA), de alargamento de vias urbanas de Bissau, de apoio à segurança alimentar, da Emergência do serviço da água e eletricidade e o projeto para a promoção de rizicultura.

**Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa**

ORGANISMO	2014	2015
	CAPITAL	CAPITAL
FAD		121,81
BANCO MUNDIAL- ida	787,52	163,02
B O A D	16 338,60	9 529,92
B A D	0,00	0,00
KUWAIT FUND	0,00	0,00
SAUDI FUND	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17 126,11</b>	<b>9 814,75</b>

Fonte: MEF/DSD

Quanto ao reembolso do serviço da dívida externa, de acordo com os dados de TOFE-Dezembro 2015, foram reembolsados 3.195,0 milhões de FCFA para os seguintes credores: BADEA-Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (404,2 milhões de FCFA), BID-Banco Islâmico para o Desenvolvimento (307,9 milhões de FCFA), BM (31,7 milhões de FCFA), BOAD (1.355,7 milhões de FCFA), BAD-Banco Africano para o Desenvolvimento (455,0 milhões de FCFA), KOWEIT FOUND (277,1 milhões de FCFA), CEDEAO-Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (66,6 milhões de FCFA) e SAUDI FOUND (296,9 milhões de FCFA), dos quais, os pagamentos feitos no exercício corrente foram de 2.274,2 milhões de FCFA e nos anos anteriores foram de 920,8 milhões de FCFA.

Entretanto, em relação aos pagamentos feitos no exercício corrente, foram pagos 1.045,5 milhões de FCFA dos principais (capital) e de juros foram pagos 1.228,8 milhões de FCFA e, referente aos atrasados dos anos anteriores, os principais foram de 485,8 milhões de FCFA e os juros foram de 435,0 milhões de FCFA.

Em relação ao período homólogo de 2014, o montante reembolsado foi de 1.681,5 milhões de FCFA, cujo o total dos pagamentos feitos no exercício corrente foram de 1.551,9 milhões de FCFA e dos anos anteriores foram de 129,6 milhões de FCFA. No que diz respeito aos pagamentos feitos no exercício corrente, 254,6 milhões de FCFA foram dos principais e 1.297,2 milhões de FCFA foram dos juros. Para os atrasados dos anos anteriores, os principais foram de 84,4 milhões de FCFA e os juros foram de 45,2 milhões de FCFA.

**Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa**

CREDORES	2014			2015		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
<b>Ano Corrente</b>	<b>254,6</b>	<b>1 297,2</b>	<b>1 551,9</b>	<b>1 045,5</b>	<b>1 473,2</b>	<b>2 482,7</b>
B I D	107,40	0,0	107,4	144,89	0,0	144,9
FMI- FIDA	21,65	0,0	21,6	0,00	0,0	0,0
BANCO MUNDIAL- ida	30,78	11,60	42,4	15,01	17,26	32,3
B O A D	36,75	1 285,62	1 322,4	299,25	1 207,27	1 506,5
B A D	58,06	0,0	58,1	454,98	0,0	455,0
KUWAIT FOUND	0,0	0,0	0,0	0,0	84,18	84,2
SAUDI FOUND	0,0	0,0	0,0	0,0	111,83	111,8
CEDEAO	0,0	0,0	0,0	50,0	16,7	66,6
BADEA	0,00	0,0	0,0	81,38	0,0	81,4
EXIM-BANK	0,00	0,0	0,0	0,00	36,0	0,0
<b>Anos Anteriores</b>	<b>84,38</b>	<b>45,23</b>	<b>129,60</b>	<b>485,80</b>	<b>434,95</b>	<b>920,75</b>
KUWAIT FOUND	0,00	42,47	42,5	0,00	192,86	192,9
SAUDI FOUND	0,00	0,0	0,0	0,00	242,1	242,1
BADEA	39,9	0,0	39,9	322,8	0,00	322,8
BID	36,2	0,0	36,2	163,0	0,0	163,0
B. M.- ida	8,3	2,8	11,0	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>339,0</b>	<b>1 342,4</b>	<b>1 681,5</b>	<b>1 531,3</b>	<b>1 908,1</b>	<b>3 403,4</b>

Fonte: MEF/DSD

## II.V. FINANCIAMENTO

De Janeiro a Dezembro de 2015, o total de financiamento situou-se em 25.361,1 milhões de FCFA, sendo 13.837,3 milhões de FCFA situou à nível interno (financiamento bancário e não bancário) e 11.523,8 milhões de FCFA à nível externo. Entretanto, à nível externo, 9.814,2 milhões de FCFA, foram financiadas para os projetos, provenientes do BAD, BOAD, BM e Índia, 3.240,9 milhões de FCFA, foram empréstimos no quadro do Programa de Urgência de Apoio às Reformas Económicas e Financeiras (PUAREF), proveniente do BAD e 1.531,3 milhões de FCFA, são as amortizações correntes exigíveis, dos

quais, 1.045,5 milhões de FCFA, são do ano corrente, concretamente para com os credores BADEA, BID, BM, BOAD, CEDEAO e BAD e 485,8 milhões de FCFA, são dos anos anteriores, para com os credores BID e BADEA.

Em relação ao período homólogo de 2014, o total do financiamento situou-se em 15.683,2 milhões de FCFA, dos quais, 2.968,3 milhões de FCFA foram financiamento doméstico (financiamento bancário) e os 12.714,9 milhões de FCFA foram do financiamento externo. Em relação a este último, 13.053,9 milhões de FCFA, foram financiadas para os projetos, que provieram do BM e do BOAD, e 339,0 milhões de FCFA, foram as amortizações correntes exigíveis, destinadas para os credores do BM, BOAD, BAD, BID e BADEA.

O Governo regularizou os empréstimos contraídos a curto prazo de 2013 e 2014.

Por fim, o Quadro das Operações Financeiras do Estado apresenta um GAP de 404,6 milhões de FCFA contra 248,2 milhões de FCFA no mesmo período do ano anterior.

#### Quadro-7: Financiamento

DESIGNAÇÃO	Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2014	Prog. Anual 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>15 683,2</b>	<b>38 491,0</b>	<b>25 361,1</b>	<b>61,7</b>	<b>65,9</b>
<b>Financiamento Interno</b>	2 968,3	25 000,0	13 837,3	366,2	55,3
<i>Financ. Bancário</i>	2 968,3	25 000,0	13 843,3	366,4	55,4
Banco Central	-5 645,8	0,0	5 066,3	-189,7	
Δ depósito Estado+FMI	-5 645,8	0,0	5 066,3	-189,7	
Banco Comerciais	8 614,1	25 000,0	8 777,0	1,9	35,1
Depósitos nos Bancos	-2 249,7	0,0	1 440,9	-164,0	
depósitos do tesouro	-2 249,7	0,0	1 440,9	-164,0	
Amort. Dos Bancos	0,0	25 000,0	0,0		0,0
Concours dos Bancos	10 863,8	0,0	7 336,1	-32,5	
<i>Financ. não Bancário</i>	0,0	0,0	-6,0		
<b>Financiamento Externo</b>	12 714,9	13 491,0	11 523,8	-9,4	85,4
<i>Financ. aos Projectos</i>	13 053,9	12 475,0	9 814,2	-24,8	78,7
<i>Financ. aos Programa</i>	0,0	0,0	3 240,9		
<i>Amort. Corr. Exigível</i>	-339,0	1 016,0	-1 531,3	351,7	-150,7
<b>GAP</b>	<b>248,2</b>	<b>35 290,0</b>	<b>404,6</b>	<b>63,0</b>	<b>1,1</b>

Fonte: TOFE/MEF

## II.VI. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Conforme a nomenclatura orçamental existente, a classificação funcional teve um total de gasto de 103.746,5 milhões de FCFA no final de Dezembro de 2015 contra uma programação anual de 177.488,0 milhões de FCFA, que representou uma taxa de execução de 58,5% e um rácio de 17,4% do PIB.

A função Económica e Financeira apresentou-se com maior fatia, isto é, 50.412,2 milhões de FCFA, que corresponde a 8,3% do PIB.

Em seguida, a função Defesa e Soberania, com 33.102,5 milhões de FCFA, que representou uma taxa de execução de 81,0% e 5,5% em termos do PIB.

A função Social, com 19.127,7 milhões de FCFA, em percentagem do PIB representa 3,2%.

Por último, a Função Produtiva e Infraestrutura consumiu 1.104,2 milhões de FCFA, que representa 0,2% do PIB e uma taxa de execução de 6,9%.

**Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)**



Fonte: MEF/DGO



## II.VII. ESTADO DE CONVERGÊNCIA:

### II.VII.i. UEMOA

Dado o incumprimento das metas fixadas pela Comissão da UEMOA, no período 2000-2013, no quadro do pacto de convergência, a maioria dos Estados membros não têm respeitado os critérios definidos, resultado dos sucessivos fracassos encontrados nas diferentes economias, levou a Comissão da UEMOA, através da conferência dos Chefes de Estados e do Governo, a decidir alargar o horizonte da convergência da União para o ano 2019 com algumas alterações nos critérios de Convergência.

#### **II.VII.i.i. Critério da Primeira Ordem:**

**Primeiro:** O rácio de Saldo Orçamental Global incluindo os donativos reportado ao PIB nominal foi de -2,9% contra -2,6% no igual período de 2014.

**Segundo:** A taxa de inflação média no período foi de 1,5% contra -1,0% em 2014.

**Terceiro:** O rácio da dívida externa efetiva sobre o PIB nominal foi de 26,4% até Dezembro de 2015 contra 31,0%, no período homólogo de 2014.

#### **Quadro-8: Critério de Convergência**

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2015	2014	2015
Saldo Orç. Global (incl. Don) /PIB	≥ -3%	-2,9	-2,6	-2,9
Taxa Infl. média no período	≤ 3%	1,5	-1,0	1,5
Dív.Públ. Total/ PIB <sup>3</sup>	≤ 70%	26,4	31,0	26,4

Fonte: MEF/TOFE/INE

<sup>3</sup> Taxa de câmbio em relação DOLLAR, Dezembro: 2015 (600,30 Fcfa) e 2014 (587,92 Fcfa); PIBn: 2015 (604,55 bilhões de Fcfa) e 2014 (518,23 bilhões de Fcfa).

### **II.VII.i.ii. Critério de segunda ordem:**

**Primeiro:** O rácio da massa salarial reportado às receitas fiscais foi de 50,1% contra 71,1% em 2014.

**Segundo:** A taxa da pressão fiscal foi de 10,2% contra 8,5% no período homólogo de 2014.

#### **Quadro-9: Critério de Convergência.**

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2015	2014	2015
Massa Sal. /Rec. Fiscais	≤ 35%	50,1	71,1	50,1
Pressão Fiscal	≥ 20%	10,2	8,5	10,2

Fonte: MEF/TOFE/INE

### **II.VII.ii. CEDEAO**

No quadro da conferência dos chefes de Estados e dos governos da CEDEAO, na sua quadragésima sétima sessão ordinária, de 19 de Maio de 2015, em Acra, adotou-se um conjunto de Critérios de Convergência Macroeconómica, constituindo uma versão revista de critérios de Convergência existentes, visando assegurar a realização de uma união monetária credível no espaço CEDEAO para o ano 2020.

Os Critérios de Convergência racionalizadas são apresentadas de forma seguinte:

#### **II.VII.ii.i. Critério da primeira ordem**

**Primeiro:** O rácio do défice orçamental, incluindo base engajamento, reportado ao PIB nominal foi de -2,9% contra -2,6% no período homólogo de 2014.

**Segundo:** A taxa de inflação média no período foi de -1,0% contra 1,5% no período homólogo de 2014.

**Terceiro:** A informação das reservas brutas não está disponível;

**Quarto:** A informação deste critério também não está disponível.

**Quadro-10: Critério da primeira ordem**

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2015	2014	2015
Défice Orç. (incl. base eng.)/PIB	≤ 3%	-2,9	-2,6	-2,9
Inflação Média anual <sup>4</sup>	≤ 10%	1,5	-1,0	1,5
Reservas Brutas	≥ 3m.i <sup>5</sup>	n.d.	n.d.	n.d.
Fin. Déf.Orç. p/Bacen/Rec.fisc. <sub>-1</sub>	≤ 10%	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: MEF/TOFE

**II.VII.ii.ii. Critério da segunda ordem**

**Primeiro:** O rácio da dívida externa sobre o PIB nominal foi de 26,4% contra 31,0% no igual período de 2014.

**Segundo:** A variação da taxa de câmbio nominal, em relação ao dólar, foi de 18,8% contra -0,2% no mesmo período de 2014.

**Quadro-11: Critério da segunda ordem**

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2015	2014	2015
Dívida Pública / PIB	≤ 70%	26,9	31,5	26,9
Var. taxa de Câmbio nominal	± 10%	18,8	-0,2	18,8

Fonte: MEF/TOFE

<sup>4</sup> A meta para o ano 2019 é menor ou igual a 5% (≤5%).

<sup>5</sup> Significa ≥ a três meses de importação.

### **III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

As principais conclusões retidas no ano 2015, são:

- Boa organização de campanha de comercialização de caju 2014/2015 proporcionou a maior mobilização e arrecadação das receitas públicas;
- Pagamento regular dos atrasados de serviço da dívida e de salário corrente aos funcionários públicos;
- Fornecimento regular de energia e o abastecimento de água, assim como, da energia renováveis a nível nacional.
- Bom desempenho na mobilização e arrecadação das receitas nas Administrações Fiscais nomeadamente nas Direções Gerais das Alfandegas e das Contribuições e Impostos;
- Evolução encorajadora na política da reforma das Finanças Públicas.
- Regularização dos empréstimos contraídos à curto prazo.

Em relação ao Pacto de Convergência, de Estabilidade, de Crescimento e Solidariedade dos Estados membros da UEMOA. O país respeitou os Critérios da primeira ordem (consultar o quadro-6.) e teve dificuldades em respeitar os Critérios da segunda ordem, apesar da melhoria no rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais.

#### **Recomendações:**

- Continuar o processo da consolidação de Paz e assegurar a Estabilidade macroeconómica;
- Criar as condições necessárias para que as reformas económicas sejam bem-sucedidas, de forma a garantir a continuidade de apoios da comunidade internacional em matéria do desenvolvimento socioeconómico durável;
- Adopção de novas etapas para elaboração do orçamento-programa baseando-se nas estimativas macroeconómicas e orçamentais coerentes, a fim de evitar os riscos de financiamento;
- Evitar o agravamento do endividamento externo;

- Promover a diversificação da base produtiva das exportações, a fim de reduzir a dependência do país mediante à monocultura das exportações de castanha de caju;
- Enviar mecanismos para que as empresas públicas e privadas cumpram com as obrigações de entrega das demonstrações financeiras das suas atividades junto da DGCI;
- Promover e assegurar o princípio da disciplina orçamental, em particular evitar o máximo ao recurso às DNT`s. Os DAF`s dos ministérios devem ter obrigação de respeitar o cumprimento dos procedimentos do engajamento no SIGFIP;
- O controlo financeiro deve aplicar o rigor no controlo a priori e a posteriori dos títulos de despesa;
- O Tesouro deve instituir uma contabilidade, rigorosa e completa do lado das receitas e despesas com base no Direito Constatado, produzindo o balancete no final do ano, afim de permitir a elaboração da Conta Geral do Estado;
- O Comité de Tesouraria tem de assegurar que as despesas sejam coerentes com o plano inicial da Tesouraria, numa base mensal e seguir a execução de uma forma correta;
- Acelerar a implementação da Directivas-2009 da UEMOA;
- Continuação e alargamento do Guiché Único em relação aos produtos essenciais, como por exemplo, arroz, açúcar, farinha e outros.

#### IV. PERSPECTIVAS PARA 2016

Um bom desempenho da economia registada em 2015, abre perspectivas favoráveis para uma taxa de crescimento moderada na economia guineense.

As exportações e a consolidação do engajamento dos parceiros técnicos do desenvolvimento constituirão previsivelmente os principais factores desse crescimento. As finanças públicas e as contas externas deverão sofrer um ajustamento de maior equilíbrio. A taxa de inflação média anual mantêr-se-á a níveis baixos, o que contribuirá na melhoria do cumprimento dos respectivos critérios da convergência da UEMOA.

Os pressupostos da mobilização dos apoios anunciados na conferência de parceiros associados à consolidação da situação de normalidade sociopolítica do país, são imperativos para implementação das reformas preconizadas, conducentes a melhoria da produção nacional. Assim, prevê-se um crescimento do PIB real na ordem de 5,8% em 2016, explicado essencialmente por:

- aumento esperado da produção cerealífera em 18,2%;
- aumento do volume da exportação da castanha de caju em 4,5%;
- introdução do IVA/TVA;
- dinamismo no sub-sector da indústria e aumento e melhoria de produção e distribuição de electricidade e água, que poderá crescer 11,6% enquanto das construções e obras públicas é esperada uma taxa de 51,7% (projecto TEAM-NINE, Pólo Urbanístico, construções de 250 casas sociais);
- maior impacto na dinâmica do processo de exportação da castanha de caju nos subsectores de transportes e comunicação;
- maior arrecadação das receitas e controlo das despesas com as perspectivas de concluir a bancarização dos salários dos funcionários dos Ministérios da defesa e de Administração Interna;
- maior controlo na administração fiscal, através da introdução do sistema de gestão integrado de impostos e extensão da Sydonia ++;

A inflação situar-se-á abaixo de 2,2% em 2016.

## V. ANEXOS:

### QUADRO-12: QUADRO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

Janeiro a Dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
<b>RECEITA TOTAL &amp; DONATIVOS</b>	<b>105 888,3</b>	<b>110 746,0</b>	<b>124 857,9</b>	<b>17,9</b>	<b>112,7</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>65 549,7</b>	<b>65 593,0</b>	<b>84 812,3</b>	29,4	<b>129,3</b>
Receitas Tributárias	44 175,2	47 387,0	61 949,8	40,2	<b>130,7</b>
Impostos Directos	11 278,1	14 565,0	17 259,4	53,0	<b>118,5</b>
Impostos Indirectos	32 897,1	32 822,0	44 690,4	35,8	<b>136,2</b>
Receitas não Tributárias	21 374,5	18 206,0	22 862,6	7,0	<b>125,6</b>
Txs. Mult. & Penalidades	6 242,1	7 560,0	10 628,4	70,3	<b>140,6</b>
Transferencias	8 026,4	8 230,0	7 734,1	-3,6	<b>94,0</b>
Vendas Bens & Serviços	2 294,4	2 416,0	3 254,5	41,8	<b>134,7</b>
Outras Rec. Correntes	4 811,6	0,0	1 245,6	-74,1	
<b>Donativos</b>	<b>40 338,6</b>	<b>45 153,0</b>	<b>40 045,6</b>	-0,7	<b>88,7</b>
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	40 338,6	45 153,0	40 045,6	-0,7	<b>88,7</b>
Ajuda ao Projecto	26 179,1	26 105,0	34 468,4	31,7	<b>132,0</b>
Ajudas à Balaça de Pagamentos	14 159,6	19 048,0	5 577,2	-60,6	<b>29,3</b>
<b>DESPESA TOTAL &amp; EMP. LÍQ.</b>	<b>119 321,8</b>	<b>113 947,0</b>	<b>142 494,8</b>	<b>19,4</b>	<b>125,1</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>77 471,4</b>	<b>71 023,0</b>	<b>91 360,3</b>	<b>17,9</b>	<b>128,6</b>
Despesas com Pessoal	31 390,5	30 769,0	31 019,3	-1,2	<b>100,8</b>
Salário e Ordenado	31 390,5	30 769,0	31 019,3	-1,2	<b>100,8</b>
Aquisição Bens e Serviços	11 015,1	14 134,0	16 452,2	49,4	<b>116,4</b>
Transferências correntes	19 647,0	15 969,0	18 902,4	-3,8	<b>118,4</b>
Outras Despesas Correntes	12 825,9	6 710,0	19 928,2	55,4	<b>297,0</b>
Juros da Dívida	2 593,0	3 441,0	5 058,2	95,1	<b>147,0</b>
<b>Despesas correntes primárias</b>	<b>74 878,4</b>	<b>67 582,0</b>	<b>86 302,1</b>	15,3	<b>127,7</b>
<b>Despesas à Regularizar</b>	<b>1 857,7</b>	<b>0,0</b>	<b>2 733,9</b>	47,2	<b>#DIV/0!</b>
<b>Desp. de Capital</b>	<b>39 992,7</b>	<b>42 924,0</b>	<b>48 400,5</b>	21,0	<b>112,8</b>
Desp. Capital (fin. Interno.)	759,7	4 344,0	4 117,9	442,0	<b>94,8</b>
Desp. Capital (fin. Externo.)	39 232,9	38 580,0	44 282,6	12,9	<b>114,8</b>
Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	<b>#DIV/0!</b>
<b>Despesas primárias</b>	<b>116 728,7</b>	<b>110 506,0</b>	<b>137 436,6</b>	17,7	<b>124,4</b>
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-13 433,4</b>	<b>-3 201,0</b>	<b>-17 636,8</b>	<b>31,3</b>	<b>551,0</b>
<b>SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)</b>	<b>1 478,1</b>	<b>9 274,0</b>	<b>-5 088,7</b>	<b>-444,3</b>	<b>-54,9</b>
<b>SALDO PRIMÁRIO</b>	<b>-9 328,7</b>	<b>-1 989,0</b>	<b>-1 489,8</b>	<b>-84,0</b>	<b>74,9</b>
<b>SALDO PRIMÁRIO DE BASE</b>	<b>-10 088,4</b>	<b>-6 333,0</b>	<b>-5 607,7</b>	<b>-44,4</b>	<b>88,5</b>
<b>Ajustamento base caixa</b>	<b>-2 001,6</b>	<b>0,0</b>	<b>-7 319,6</b>	<b>265,7</b>	
Resto a Pagar	3 985,6	0,0	2 232,0	-44,0	
Pagamentos anos anteriores	-5 987,1	0,0	-9 551,6	59,5	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>15 683,2</b>	<b>38 491,0</b>	<b>25 361,1</b>	<b>61,7</b>	<b>65,9</b>
<b>Financiamento Interno</b>	<b>2 968,3</b>	<b>25 000,0</b>	<b>13 837,3</b>	<b>366,2</b>	<b>55,3</b>
<b>Financ. Bancário</b>	<b>2 968,3</b>	<b>25 000,0</b>	<b>13 843,3</b>	<b>366,4</b>	<b>55,4</b>
Banco Central	-5 645,8	0,0	5 066,3	-189,7	
Δ depósito Estado+FMI	-5 645,8	0,0	5 066,3	-189,7	
Banco Comerciais	8 614,1	25 000,0	8 777,0	1,9	<b>35,1</b>
Depósitos nos Bancos	-2 249,7	0,0	1 440,9	-164,0	
depósitos do tesouro	-2 249,7	0,0	1 440,9	-164,0	
Amort. Dos Bancos	0,0	25 000,0	0,0		<b>0,0</b>
Concours dos Bancos	10 863,8	0,0	7 336,1	-32,5	
<b>Financ. não Bancário</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-6,0</b>		
<b>Financiamento Externo</b>	<b>12 714,9</b>	<b>13 491,0</b>	<b>11 523,8</b>	<b>-9,4</b>	<b>85,4</b>
<b>Financ. aos Projectos</b>	<b>13 053,9</b>	<b>12 475,0</b>	<b>9 814,2</b>	<b>-24,8</b>	<b>78,7</b>
<b>Financ. aos Programa</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3 240,9</b>		
<b>Amort. Corr. Exigível</b>	<b>-339,0</b>	<b>1 016,0</b>	<b>-1 531,3</b>	<b>351,7</b>	<b>-150,7</b>
<b>GAP</b>	<b>248,2</b>	<b>35 290,0</b>	<b>404,6</b>	<b>63,0</b>	<b>1,1</b>

Fonte: TOFE/MEF

## QUADRO-13: QUADRO DAS OPERAÇÕES DAS RECEITAS DO ESTADO

### 2.1. Quadro das Operações Financeiras de Estado

Janeiro a Dezembro (em mil Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>44 175 195</b>	<b>47 387 000</b>	<b>61 949 753</b>	<b>40,2</b>	<b>130,7</b>
<i>impostos directos</i>	11 278 126	14 565 000	17 259 400	53,0	118,5
Impostos sobre o rendimento	11 088 940	14 010 000	16 617 241	49,9	118,6
Outros impostos directos	189 186	555 000	642 159	239,4	115,7
<i>impostos Indirectos</i>	32 897 069	32 822 000	44 690 353	35,8	136,2
Impostos s/Transações Intern.	15 713 704	13 468 000	19 058 205	21,3	141,5
Impostos sobre o consumo (IEC)	2 726 295	3 651 000	4 601 246	68,8	126,0
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	13 071 764	13 958 000	19 559 093	49,6	140,1
Outros impostos indirectos	1 385 306	1 745 000	1 471 809	6,2	84,3
<b>Receitas não Tributárias</b>	<b>21 374 492</b>	<b>18 206 000</b>	<b>22 862 565</b>	<b>7,0</b>	<b>125,6</b>
<i>Txs. Mult. &amp; Penalidades</i>	6 242 087	7 560 000	10 628 404	70,3	140,6
Taxas	6 189 504	3 110 201	10 513 669	69,9	338,0
Multas e penalidades	52 583	450 000	114 735	118,2	25,5
<i>Tranferencias</i>	8 026 407	8 230 000	7 734 091	-3,6	94,0
Administrações publicas	1 794 835	1 245 644	1 699 287	-5,3	136,4
Exterior	6 231 572	6 984 804	6 034 804	-3,2	86,4
Outros	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!
<i>Venda de bens &amp; Serviços</i>	2 294 353	2 416 000	3 254 508	41,8	134,7
Venda de bens nao duradouros	413	300	555	34,5	185,0
Serviços	1 730 121	2 000 000	2 807 497	62,3	140,4
Venda do pescado	563 819	416 000	446 456	-20,8	107,3
<i>Outras Rec. Corr. &amp; Outos Rend.+Funpi</i>	4 811 646	0	1 245 562	-74,1	#DIV/0!

Fonte: TOFE/MEF

## Quadro- 14: Evolução do Stock da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau				
PERÍODO	PIB	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA DA		DÍVIDA EXTERNA
	Milhões	GUINÉ-BISSAU	Milhões	LÍQUIDA
	FCFA	FCFA		DO PIB
2006	309 467		522 865	169,0%
2007	333 385		494 597	148,4%
2008	386 965		510 673	132,0%
2009	389 945		499 102	128,0%
2010	419 169		81 606	19,5%
2011	521 647		93 837	18,0%
2012	508 272		110 006	21,6%
2013	507 213		113 493	22,4%
2014	518 233		160 466	31,0%
2015*	604 553		159 406	26,4%

Fonte: MEF/DSD



\* Dados até Dezembro de 2015

### Quadro- 15: Repartição das Receitas

RECEITAS CORRENTES			
	2014	2015	V.H.
<b>DGCI</b>	<b>20 097,6</b>	<b>29 992,6</b>	<b>49,2</b>
<b>R.F</b>	<b>17 284,9</b>	<b>25 716,6</b>	<b>48,8</b>
<b>R. n F.</b>	<b>2 812,7</b>	<b>4 276,1</b>	<b>52,0</b>
<b>DGA</b>	<b>28 633,1</b>	<b>39 055,8</b>	<b>36,4</b>
<b>R.F</b>	<b>25 479,6</b>	<b>34 795,0</b>	<b>36,6</b>
<b>R. n F.</b>	<b>3 153,5</b>	<b>4 260,8</b>	<b>35,1</b>
<b>PESCA</b>	<b>12 011,0</b>	<b>12 763,9</b>	<b>6,3</b>
<b>FUNPI</b>	<b>4 808,0</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Tesouro (Lic. 3G)</b>	<b>0,0</b>	<b>3 000,0</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>65 549,7</b>	<b>84 812,3</b>	<b>29,4</b>

Fonte: TOFE-DGA/DGCI

### Quadro- 16: Classificação Funcional (janeiro a dezembro 2015)

DESIGNAÇÃO	2015				TOTAL REAL.	TX.EXEC.	% PIB
	FUNCIONAMENTO		INVESTIMENTO				
	PREV.	EXEC.	PREV.	EXEC.			
	33 402,8	33 078,5	1 283,3	23,9	33 102,5	95,4	5,5
<b>FUNÇÕES DE DEFESA E SOBERANIA</b>	<b>33 402,8</b>	<b>33 078,5</b>	<b>1 283,3</b>	<b>23,9</b>	<b>33 102,5</b>	<b>95,4</b>	<b>5,5</b>
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR	4 548,6	4 332,0	-	-	4 332,0	95,2	0,7
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1 262,1	1 141,5	-	-	1 141,5	92,0	0,2
PRIMATURA	1 345,5	1 067,8	-	-	1 067,8	79,4	0,2
SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	893,4	868,7	-	-	868,7	97,2	0,1
TRIBUNAL DE CONTAS	356,8	332,6	-	-	332,6	93,2	0,1
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	1 212,8	1 163,1	-	-	1 163,1	95,9	0,2
MIN.NEG.ESTRANGEIROS,DA COOPER. I E DAS COMUNIDADES	2 718,9	2 475,5	-	-	2 475,5	91,1	0,4
EMBAIXADAS	2 400,0	3 881,3	-	-	3 881,3	161,7	0,6
SEC.ESTADO DA COOP.E DAS COMUNIDADES	51,0	21,8	-	-	21,8	42,8	0,0
MIN DEFESA NACIONAL	10 563,3	10 067,1	9,4	9,4	10 076,5	95,3	1,7
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	7 032,2	6 787,8	66,9	14,5	6 802,3	95,8	1,1
SEC.ESTADO DA ORDEM PÚBLICA	33,0	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	985,4	939,1	1 207,0	-	939,1	42,8	0,2
<b>FUNÇÃO SOCIAL</b>	<b>20 410,1</b>	<b>19 042,4</b>	<b>10 764,9</b>	<b>85,3</b>	<b>19 127,7</b>	<b>61,4</b>	<b>3,2</b>
MIN.PRESIDENCIA.C.MINISTROS E ASS.PARLAMENTARES	198,4	154,9	-	-	154,9	78,0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA	4 614,0	3 671,8	4 368,5	65,3	3 737,0	41,6	0,6
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO HOSPITALAR	35,0	10,0	-	-	10,0	28,6	0,0
MIN.MULHER, FAMILIA E COESÃO SOCIAL	219,5	185,5	1 517,5	20,0	205,5	11,8	0,0
MIN. DA EDUCAÇÃO NACIONAL	10 765,3	10 670,2	4 435,0	-	10 670,2	70,2	1,8
SECRETARIA DE ESTADO DA JUV.CULTURA E DESPORTO	438,9	399,7	430,3	-	399,7	46,0	0,1
SECRETARIA DE ESTADO DE ENSINO E I.CIENTÍFICA	40,4	10,5	-	-	10,5	26,0	0,0
MIN. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	445,7	410,1	-	-	410,1	92,0	0,1
SECR.ESTADO DE COMBT.DA LIBERDADE DA PÁTRIA.	1 874,0	1 785,6	13,6	-	1 785,6	94,6	0,3
pensões apos.:reforma;inval;sobriviv	1 779,0	1 744,2	-	-	1 744,2	98,0	0,3
<b>FUNÇÕES ECONOMICA E FINANCEIRA</b>	<b>79 809,4</b>	<b>47 077,8</b>	<b>15 746,0</b>	<b>3 334,4</b>	<b>50 412,2</b>	<b>52,8</b>	<b>8,3</b>
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	23 940,9	22 952,1	-	-	22 952,1	95,9	3,8
SEC.ESTADO DO TESOURO	45 235,6	17 688,2	-	-	17 688,2	39,1	2,9
Pensões provisórias de aposentação	4 180,0	4 595,4	-	-	4 595,4	109,9	0,8
SEC.ESTADO DO ORÇAMENTO E ASS. FISCAIS	416,3	391,9	-	-	391,9	94,1	0,1
SEC.ESTADO DE PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	488,9	369,4	8 097,7	3 284,4	3 653,8	42,6	0,6
MIN. DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1 282,3	398,6	6 970,3	50,0	448,6	5,4	0,1
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA ALIMENTAR	33,0	9,3	-	-	9,3	28,2	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS E ECON. MARITIMA	3 509,4	148,4	531,9	-	148,4	3,7	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMIN. DO PODER LOCAL	338,0	227,5	-	-	227,5	67,3	0,0
MINISTÉRIO DA FUN. PÚBLICA E REFORMA ADMINISTRATIVA	385,0	297,0	146,1	-	297,0	55,9	0,0
<b>FUNÇÃO PRODUTIVA E INTRA-ESTRUTURA</b>	<b>1 152,5</b>	<b>901,4</b>	<b>14 919,0</b>	<b>202,8</b>	<b>1 104,2</b>	<b>6,9</b>	<b>0,2</b>
MIN. DAS OBRAS PÚBLICAS CONSTRUÇÕES E URBANISMOS	220,2	195,6	7 826,9	62,7	258,2	3,2	0,0
MIN. DOS RECURSOS NATURAIS	160,3	114,0	971,5	-	114,0	10,1	0,0
MIN. DA ENERGIA	155,3	128,5	3 035,6	94,8	223,3	7,0	0,0
SEC. ESTADO DO TURISMO	-	-	45,4	45,4	45,4	100,0	0,0
MIN. DO COMÉRCIO E INDUSTRIA	287,2	220,9	-	-	220,9	76,9	0,0
SEC. ESTADO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	199,0	150,2	577,0	-	150,2	19,4	0,0
SEC. ESTADO DO AMBIENTE	130,5	92,2	2 462,5	-	92,2	3,6	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>134 774,8</b>	<b>100 100,1</b>	<b>42 713,2</b>	<b>3 646,4</b>	<b>103 746,5</b>	<b>58,5</b>	<b>17,2</b>

Fonte: DGO

*Ficha Técnica:*

**Coordenador:**

**O Director Geral:**

Totas João CORREIA

*E-mail:* [totas.correia@gmail.com](mailto:totas.correia@gmail.com)

**Site:** [www.mef-gb.com](http://www.mef-gb.com)

**Equipa Técnica:**

Óscar CUNHA

Adão JATA

Alberto LONA

Seco CAMARA

Samora GOMES

Raciato Bari SERRA

Emerino Lima NETO

Laudimila C. S. CAMARÁ

Firmino Pera JOAQUIM

Fernando MANÉ

Stephanie Shirley D.M. Cabral

Bedanhoba Na Salú

*Secretário do Director Geral*

Mamadú L. TURÉ

Firna Incombé

**Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério da Economia e  
Finanças**



# Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste

